

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DE EXISTÊNCIA?

Ms. Yuri Rodrigues da Cunha – ONG Frepop
cunhayr@gmail.com

GT 8 – Desafios da Autogestão

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão, a partir do referencial teórico/metodológico marxiano, sobre a potência revolucionária da Economia Solidária sob o princípio da autogestão, como uma “protoforma” de novas forças produtivas. Esta reflexão emerge em um contexto histórico e social, no qual, os problemas estruturais e incorrigíveis do modo de produção capitalista chegaram a um momento crítico, colocando em risco a existência da humanidade. Assim, neste trabalho, utiliza-se substancialmente a análise bibliográfica como ferramenta metodológica, concebida a partir da concepção metodológica desenvolvida por Marx, no qual se deve partir do concreto, abstrair, para em seguida retornar ao concreto como um concreto pensado. Portanto, analisa-se os pressupostos teóricos apresentados por Marx sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, defendendo que, a Economia Solidária pode ser vista como uma nova condição material de existência, incubada no seio da velha sociedade, e que por sua vez, esta, pode produzir uma consciência ética cooperativa, com valores distintos do regime capitalista.

Palavras-chave: economia solidária; autogestão; modo de produção

1. Introdução

O presente trabalho busca por meio do referencial teórico/metodológico marxiano, analisar a Economia solidária e a autogestão, levando em consideração a seguinte questão: EcoSol e autogestão somadas, podem vir a ser uma nova condição material de existência? Isto é, é possível pensá-las como “protoforma” de novas forças produtivas que, gestadas no seio do capitalismo, poderiam tornar-se um novo modo de produção?

Para responder ao questionamento que nos move, partiremos da avaliação de como Marx compreende o *modo de produção*¹, para em seguida, avaliar a maneira como o referido autor desenvolve sua formulação sobre a transição do feudalismo para o capitalismo². Este referencial nos proporcionará as categorias analíticas nas quais, utilizaremos para a reflexão aqui proposta, surgidas a partir das experiências e das

¹ Cf. MARX, 2008.

² Cf. MARX, 2013.

aproximações com cooperativas autogestionárias orientadas pelos princípios da Economia solidária.

Assim sendo, para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, realizaremos ainda que brevemente, uma retomada acerca da Economia solidária e da autogestão, buscando apontar suas bases históricas e de que maneira, principalmente a primeira, têm-se tornado cada vez mais utilizada em um contexto histórico e específico. No segundo momento, apontaremos, a partir dos estudos de Marx, as formulações que este apresenta acerca do modo de produção e as características do nascente capitalismo³ tendo em vista sua gestação no seio do feudalismo, para assim, ao fim, na terceira seção, articularmos as discussões anteriores buscando oferecer uma resposta a nosso questionamento inicial, contribuindo humildemente, para o debate a respeito da Economia solidária e da autogestão.

2. Economia Solidária e Autogestão, sob perspectiva histórica.

A Economia solidária foi reinventada no Brasil em fins do XX, de maneira bastante incipiente e esparsa na década de 1990 e ganhou um impulso a partir da década seguinte, sobretudo, em virtude do crescente aumento das taxas de desemprego, resultante, dentre outras coisas, das reformas neoliberais e de demais medidas ortodoxas no campo da economia. Embora date do final do século passado, a Economia solidária tem suas bases históricas no princípio de “etapa” industrial, ou da chamada grande indústria, quando muitos artesãos empobreceram em virtude da introdução da maquinaria (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), os princípios da Economia solidária residem nas ideias do britânico e industrial têxtil Robert Owen, que adotou medidas bastante progressistas no início do século XIX, que protegiam os trabalhadores de suas indústrias, ao limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais construiu escolas. Pode-se dizer que essa prática não era totalmente anticapitalista, pois, estas medidas resultaram em um aumento da produtividade e conseqüente maiores

³ Embora privilegiaremos o eixo teórico-metodológico marxiano, não significa que não recorreremos a contribuição de outras correntes teóricas que buscam igualmente, explicar as relações capitalistas, como é o caso das formulações teóricas de Weber, que por meio de seu método historicista, em meio a sociologia compreensiva, analisa o surgimento do capitalismo a partir de uma mudança cultural e das mentalidades.

taxas de lucros⁴. Ainda segundo Singer (2002), em meio à depressão da economia inglesa com o fim das guerras napoleônicas, quando parte da indústria inglesa se preocupava com a produção bélica, a produção de outros bens retraiu-se, Owen apresentou um plano para as vítimas da pobreza e para sanar o desemprego, como formas de reestabelecer o crescimento econômico.

O plano apresentado por Owen em 1817 para o governo britânico possuía duas frentes, primeiramente, consistia na realocação dos fundos de sustento dos pobres, que ao invés de ser uma medida distributiva, deveria ser utilizado para compra de terras e construção de aldeias cooperativas, para que nestas, os pobres produzissem para sua própria subsistência, trocando os excedentes entre as próprias aldeias. Desta maneira, tal medida iria reinserir os pobres à produção ao mesmo tempo em que iria gerar economia de recursos públicos. A segunda medida era reinserir os trabalhadores ociosos na produção, para gerar renda com salários, e que, por sua vez, incentivaria o consumo, na mesma medida em que haveria aumento da oferta, ampliando assim o mercado produtor (SINGER, 2002).

Embora as ideias de Owen fossem úteis ao capital, os desdobramentos de suas ideias, particularmente o “cooperativismo owenista” foi uma importante estratégia para o incipiente movimento sindical daquele período. Isto porque, a articulação entre o princípio cooperativista e as formas de luta dos trabalhadores conduzidas pelos sindicatos, ao invés de se limitarem a reivindicações de melhorias salariais e condições de trabalho, convertia-se em ações que buscavam substituir as indústrias capitalistas na produção de mercadorias, dito de outra forma, “a greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (SINGER, 2002, p. 29).

De acordo com Engels (1977), Owen deve ser reconhecido, pois contribuiu para a luta dos trabalhadores, pois, mesmo sendo industrial e vivendo em um país onde

⁴ Nesse sentido, é que Marx n’O Capital (2013), desfez uma crítica às medidas de Owen, afirmando, que quando este defendeu a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, introduziu a jornada de 10 em suas fábricas em New Lanark, combinado trabalho produtivo, educação das crianças e cooperativas de trabalhadores, foi acusado de um utópico comunista, todavia, anos depois, quando Marx escreveu o primeiro livro de O Capital [1867], o trabalho de 10 horas já havia se tornado uma lei fabril, a educação das crianças figurava como texto oficial em todas as “leis fabris”, e a última, as cooperativas de trabalhadores, era utilizada como disfarce para imposturas reacionárias (MARX, 2013, p. 371).

a produção capitalista estava mais desenvolvida, propôs medidas sistematizadas orientadas para abolir as diferenças de classes. Desta maneira, para Engels (1977, p. 36), “todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen”. (ENGELS, 1977, p. 36). Esta afirmação de Engels nos é útil para compreender que mesmo Owen não sendo um representante dos interesses proletários, contribuiu subjetivamente para a luta dos trabalhadores daquele momento⁵, porém, não escapou das limitações que estavam postas aos “utópicos”.

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia [...].

Os fundadores desses sistemas *compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes sejam peculiar.*

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas de emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social (MARX; ENGELS, 2005, p. 66).

Mesmo com a crítica desferida por Marx e Engels aos socialistas utópicos, Paul Singer, localiza as cooperativas owenistas como a origem histórica da economia

⁵ Owen foi um sujeito engajado politicamente, segundo Engels (1977, p. 36-37), ele “presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra fundiram-se numa organização sindical única. E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse se organizar de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção – que serviriam, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis –, e de outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de trocas dos produtos do trabalho por meio de bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar”. Fracassou, pois ele não pensou um sistema universal que pudesse combater a lógica expansiva do capitalismo, desta maneira, a ação que ele levava a cabo, não tinha como característica uma “revolução permanente”, ou seja, eram ações localizadas que da maneira como estavam inseridas no seio do capitalismo seriam em pouco tempo absorvidas.

solidária, pois estas se organizavam por um sistema que rejeitavam o comércio intermediado, buscando oferecer a todos as cooperativas um mercado onde pudessem trocar seus produtos. Assim, segundo Singer, “o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo” (SINGER, 2002, p. 33), pois era uma forma de organização, produção, distribuição e consumo das mercadorias orientadas por outras regras que não a lógica de valorização e expansão do capitalismo.

Segundo Singer, após o início do cooperativismo, outras formas de organização cooperativa surgiram, como o cooperativismo de consumo⁶, de crédito⁷ e de compras e vendas⁸. Porém, estas formas de cooperativas pouco, ou nada contribuíram para o movimento da Economia solidária, pois, estes tipos de cooperativa atuam de maneira híbrida, não rompem radicalmente com a lógica capitalista, e muitas vezes combinam um relacionamento democrático externo, com heterogestão e desigualdade entre os associados, desta maneira, o protótipo da Economia solidária reside nas cooperativas de produção.

⁶ “O cooperativismo de consumo [...] teve um início claro com a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, como um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Foi fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. [...] Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo: 1°) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto se investiu na cooperativa; 2°) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3°) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4°) as sobras seriam dívidas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 6°) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros; 7°) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8°) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.” (SINGER, 2002, p. 39 – 40)

⁷ O cooperativismo de crédito foi uma invenção alemã e data de 1846, mas foi somente em 1852 que a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch estava adaptada às necessidades dos pequenos artesãos e dos comerciantes urbanos, que deveriam depositar sua poupança na cooperativa para construir um capital de giro, que deveria ser investidos na esfera produtiva. Essas cooperativas foram conhecidas, segundo Singer (2002), como “Bancos do Povo”.

⁸ “Estas são associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas. O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa “agrícola”, formada por agricultores, em sua maioria pequenos proprietários ou arrendatários. Há também cooperativas entre cujos associados se encontram empresas agrícolas capitalistas; embora legalmente sejam “cooperativas”, elas nada têm a ver com a economia solidária. NA realidade, “cooperativas” de firmas capitalistas de grande tamanho tendem agir como cartéis, que exercem o monopólio nos mercados em que vendem e o monopólio nos mercados em que compram” (SINGER, 2002, p. 83)

Ela o é, porque associa produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compra e vendas. Por isso ela não pode ser híbrida, como estas outras cooperativas, que combinam igualmente democracia no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior. (SINGER, 2002, p. 90)

Na avaliação de Singer (2002), o cooperativismo de produção, datado do início dos anos de 1830, foi formado em grande parte, por trabalhadores que ao perderam seus empregos – em virtude da introdução da maquinaria na grande indústria –, recorriam às cooperativas como formas de enfrentamento do capital. Todavia, esta não é uma visão hegemônica, em exemplo disto é a concepção desenvolvida por Lima (2004), para o qual apesar do cooperativismo ter marcado a esquerda da época, ora foi visto como alternativa ao capitalismo, ora como possibilidade dentro do capital.

Este exemplo serve para ilustrar para nós, que o debate a respeito do cooperativismo e a Economia solidária não é algo simples e não deve ser visto de maneira unilateral, pois o cooperativismo embora traga em seu âmago a potencia de combate ao capitalismo, por outro lado, pode levar os trabalhadores a autoexplorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmo e em virtude das imposições do mercado de produção⁹.

Uma característica importante e que deve ser levada em consideração a respeito da forma cooperativista é a autogestão. Esta divisão que fazemos aqui é meramente didática com o intuito de facilitar a exposição, pois no limite, são esferas que não podem ser concebidas separadamente, sobretudo se for uma cooperativa

⁹ É nesse sentido que Rosa Luxemburgo (2003), em uma de suas obras mais conhecidas, Reforma ou Revolução, defende que “as cooperativas de produção, são pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em sua, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução” (LUXEMBURGO, 2003, p. 80 – 81).

organizada por trabalhadores orientados por princípios solidários e do trabalho associado, e nesse sentido, de uma forma crítica ao capitalismo.

Segundo Follis (2007), deve se entender como autogestão um sistema de organização no qual, as atividades sociais são desenvolvidas mediante cooperação de várias pessoas, e que tomam as decisões relativas à gerência por quantos aí participarem com base no poder decisório às coletividades específicas na atividade. Ainda segundo o mesmo autor, “é possível evidenciar alguns dos seus elementos [origens do conceito de autogestão] no pensamento anárquico, nas concepções do sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano e, mais ainda, na ideia do Autogoverno industrial aventada pelos socialistas ghildistas” (FOLLIS, 2007, p. 74).

A autogestão deve ser vista como forma de organização econômica e política enquanto esferas inseparáveis, sobretudo, se levar em consideração as análises no campo do marxismo. Isto porque, segundo Marx (2011, p. 41 – 42) “a produção não é somente uma produção particular. Ao contrário, é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção”. Esta elaboração desenvolvida por Marx é a chamada “inovação radical” defendida por Wood (2006), pois segundo a autora, nesta análise as relações econômicas não existem em oposição aos aspectos políticos e/ou sociais.

Desta maneira,

A autogestão não é um objetivo capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária”. (TRAGTENBERG, S/D p. 4).

Assim, a autogestão da forma como é apresentada por Tragtenberg, é uma importante ferramenta ao cooperativismo, pois é por meio desta que é possível que os trabalhadores associados desenvolvam uma forma específica de consciência que leva a

uma determinada ação, ou seja, seria uma forma de *práxis*¹⁰. Portanto, a autogestão numa cooperativa solidária é, em tese, totalmente diferente da gestão capitalista, todas as informações necessárias à gestão, bem como o planejamento e o gerenciamento do trabalho são realizados exclusivamente pelos trabalhadores, permitindo que estes sejam agentes, isto é, aqueles que agem e o fazem como resultado de uma forma consciente.

Portanto, através dessa exposição é possível identificar que o cooperativismo que surge como uma forma de enfrentamento do capital conforme defendendo por Singer, não pode ser concebido distante de uma organização autogestionária, pois esta, como aponta Tragtenberg, é a maneira viável da construção de uma democracia operária. Vejamos agora, ainda que de maneira breve, a discussão iniciada por Marx sobre o surgimento do capitalismo, e sua formulação a respeito do modo de produção, para que em seguida articulemos estes dois pontos.

3. O capitalismo e o modo de produção do ponto de vista marxiano

Marx (2008) quando analisa a sociedade capitalista, parte sempre das concretas relações de produção, demonstrando que esta, constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam as demais superestruturas, jurídica e política. Isso significa que o ponto de partida para investigar uma determinada sociedade são as bases concretas e materiais sobre as quais se assenta, pois são a partir desta que se desdobram não como um mero autômato, as formas ideológicas que visam manter uma dada forma de produção, dito de outra forma “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p. 47).

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da

¹⁰ A *práxis* é uma unidade entre a teoria e prática, onde, a ação é sempre norteada por uma finalidade. A finalidade existe na consciência dos sujeitos, mas não de uma forma abstrata, e sim, é construída a partir das relações históricas e concretas, como síntese de múltiplas determinações, buscando responder a determinados problemas que surgem em um contexto específico. Assim, a finalidade passa a ser a norteadora da ação, que busca exteriorizar aquilo que existia como ideal, como fim. Para maiores detalhes a respeito da *práxis*, ver VÁZQUEZ (2007).

sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. *O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.* Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47 – 48, *grifos nossos*).

Nas palavras de Marx, é possível identificar que o modo de produção é determinante – e não determinista, em sentido reducionista – no processo de vida social, política e intelectual. Dito de outra maneira, o modo de produção capitalista converteu-se em uma “estrutura *“totalizadora”* de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Nesse sentido, o modo de produção não é apenas uma tecnologia, uma organização social da atividade produtiva, mas também, uma relação de poder.

Segundo Wood (2006), algumas instituições políticas e jurídicas existem independentemente das relações de produção, como uma espécie de “autonomia relativa”, mas, ajudam a sustenta-las e reproduzi-las, porém, “as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares que não são meros reflexos secundários [...] mas constituintes dessas relações de produção” (WOOD, 2006, p. 33).

Assim, pensar a respeito do modo de produção é, sobretudo, levar em consideração a articulação das diversas esferas da vida social como elementos construídos socialmente e historicamente, que se articulam como um complexo de complexos, determinando as oportunidades dos sujeitos de acordo com o nível hierárquico que ocupa dentro da vertical sociedade capitalista. Dito de outra maneira, o modo de produção é uma forma de compreender a totalidade das relações sociais, sendo que, essa totalidade “não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente” (LUKÁCS, 1972, p. 28).

Assim, ao recorrer à teorização marxiana a respeito do chamado modo de produção, temos que ter em mente, que esta não é uma categorização abstrata, mas uma realidade concreta. Nesse sentido, se neste trabalho, propomos um questionamento a respeito da Economia solidária e autogestão como elementos que podem potencialmente

ser um novo modo de produção, temos que retomar outro aspecto importante dentro da teoria desenvolvida por Marx que é o surgimento do capitalismo.

Ao discorrer sobre as origens históricas do capitalismo, Marx n'O Capital defende que este modo de produção pressupõe uma acumulação originária, para que assim, o dinheiro possa ser convertido em capital, e como por meio do capital produz-se o mais-valor e do mais-valor, volta-se a produção do capital, como uma espécie de ciclo vicioso que se produz e reproduz (MARX, 2013).

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscavam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio de compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de quem nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos, etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção.[...] A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a matéria pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 786).

Nesta citação, apesar de longa, nos demonstra o raciocínio de Marx no que tange o ponto chave e fundamental do surgimento do modo de produção capitalista que é a separação entre produtores e produtos de seus próprios trabalhos. Esta separação se dá na medida em que há uma transição do feudalismo para o capitalismo se dá pelas mãos da burguesia como agente político e revolucionário, e que “a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação” (MARX; ENGELS, 2005, p. 41).

Disto decorre que o capitalismo para tornar-se um novo modo de produção, tem que libertar-se das amarras estabelecidas durante o feudalismo, isto é, permitir que o trabalhador pudesse vender livremente sua força de trabalho. Esta ocorreu quando o produtor direto se libertou dos grilhões das glebas e da servidão, por isso mesmo, a ideia de liberdade dos trabalhadores, que é ideologicamente “vendida” no capitalismo, reverbera de maneira profunda na consciência do trabalhador. Todavia, a libertação da servidão possibilitou aos trabalhadores venderem a si próprios, depois que seus meios de produção foram saqueados, bem como as garantias de sua existência (MARX, 2013).

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. (MARX, 2013, p. 787).

Desta maneira, é possível concluir que embora a estrutura econômica da sociedade capitalista tenha surgido da estrutura econômica da sociedade feudal, a sociedade burguesa moderna, não aboliu os antagonismos de classe, e portanto, não fez mais do que estabelecer novas classes e novas condições de opressão (MARX; ENGELS, 2005; MARX, 2013).

Nesse sentido, a dinâmica particular do capitalismo possui leis de movimentos muito díspar de qualquer forma social existente, imperativos da competição e maximização do lucro, subordinação da própria produção à auto expansão do capital, a necessidade sempre crescente de aumentar a produtividade do trabalho por meio de técnicos (WOOD, 2006). Enfim, todas estas características foram desenvolvidas no capitalismo que surgiu a partir da libertação dos grilhões da sociedade feudal. Nesse sentido, as contradições e os limites existentes à burguesia comercial e manufatureira tiveram de ser rompidas para que o capitalismo pudesse se desenvolver de maneira livre.

Ainda que tenhamos aqui, insistido na utilização do referencial teórico-metodológico marxiano, consideramos importante, levar em consideração uma

avaliação elaborada por Weber em sua ética protestante¹¹, pois ela também nos auxilia para pensarmos o questionamento aqui proposto. Em meio à avaliação de Weber, a mudança de mentalidade proporcionada pela reforma protestante foi fundamental para o surgimento do capitalismo, pois, as amarras e os limites impostos pelo catolicismo foram rompidos com a reforma, e esta passou a pregar não mais a pobreza, mas sim à posse da riqueza, nascendo assim do ideal ascético da riqueza, que por sua vez, rompe com os próprios limites religiosos (WEBER, 2001; 2006).

Portanto o que buscamos demonstrar aqui, do ponto de vista marxiano, é que o surgimento de um dado modo de produção só pode ser gestado em um modo de produção que o antecede, pois, nenhuma transformação pode ocorrer fora da história, e, portanto, fora de uma construção social. Isto quer dizer, que uma dada condição material de existência, preexiste, ainda que em potência, no seio de uma sociedade que a antecede, conforme demonstrou Marx.

4. Economia Solidária e Autogestão, uma nova condição de existência?

O desdobramento histórico do capitalismo chegou a um ponto a partir do último quarto do século XX, onde o desemprego e a precarização tornaram-se estrutural, por uma série de razões, como: neoliberalismo, reestruturação produtiva, toyotismo, mundialização do capital, deslocalização fabril, abertura das fronteiras comerciais, etc. Não é o caso retomar cada um desses movimentos e analisa-los à luz do problema aqui proposto.

Queremos chamar a atenção que o desemprego e a precarização, são dois elementos importantes e impulsionadores para a criação do movimento de economia solidária no Brasil. E mais do que uma resposta ao desemprego, esta alternativa viável traz em si, a capacidade de outra lógica de organização da produção que difere dos valores do capital. Ainda que surgiu como uma possibilidade de geração de trabalho e renda às vítimas do desemprego, a economia solidária pode modificar as relações seja em um nível macroestrutural e econômico, como transformações em um nível subjetivo, de mentalidade.

Segundo Singer (2002, p. 112), “o programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de

¹¹ Não vamos aqui apresentar nos pormenores o historicismo weberiano, pois nos interessa uma questão pontual em sua resposta ao surgimento da modernidade capitalista, a mentalidade.

desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”. A nosso ver, não trata-se simplesmente de implantar o cooperativismo orientado pelos princípios da economia solidária, se não for concebido também a autogestão, pois esta permite a criação de outro sentido para os trabalhadores inseridos em uma cooperativa.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer. (SINGER, 2000, p. 20).

Se a economia solidária surge, portanto, como uma resposta as contradições geradas dentro do capitalismo, em uma etapa globalizada, ela pode ser concebida como potência para uma nova forma de organização da produção, que pode (?), futuramente, superar a lógica de produção capitalista. Assim como o capitalismo surgiu no seio do feudalismo a superou historicamente por meio das ações revolucionárias da burguesia, que passaram a ver os limites impostos pelo mundo feudal, os trabalhadores, que passam a viver cotidianamente inseridos em uma produção autogestionária, cooperativa e solidária, podem perceber que outra forma de organização produtiva e material seja possível.

Um elemento importante é que a economia solidária não está restrita a empreendimentos isolados, mas há uma rede sendo tecida, onde até bancos de financiamento foram criados, além de contar também, com uma Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego¹². Nesse sentido, “a economia solidária poderá ser *mais do que uma mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para

¹² A questão da institucionalização como a criação da SENAES vinculada ao MTE, não deve ser vista de maneira idealizada, pois como sabemos, dentro do modo de produção capitalista o Estado é um agente e administrador dos interesses das classes dominantes, ainda que em determinada correlação de forças possa pender mais para as camadas sociais, populares, isto é, os trabalhadores.

ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002, p. 114, *grifos no original*).

Embora aparentemente a economia solidária seja vista como um hibridismo entre o capitalismo e a pequena produção, na medida em que visa gerar fonte e renda aos desempregados, entendemos, assim como defendido é por Singer (2000, 2002), que a unidade proporcionada pela economia solidária entre cooperativa de produção, gestão democrática, autogestão e repartição líquida entre cooperados, possibilita uma formação de um sujeito diferente daquele que é produzido estritamente pelas relações capitalistas. Dito de outra maneira trata-se de uma concepção “de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívios que produzem e reproduzem a igualdade” (SINGER, 2002, p. 116).

Assim sendo, concluímos nossa reflexão defendendo que a economia solidária e a autogestão podem ser uma protoforma de uma nova condição material de existência, na medida em que articula tanto a produção das bases materiais necessárias à produção e reprodução da vida, com a criação de um novo tipo de sujeito com uma mentalidade solidária e cooperada, vendo-se e reconhecendo-se no outro, ainda que fora do espaço de trabalho ele esteja inserido em outras dimensões da esfera totalizante do modo de produção capitalista.

5. Referências Bibliográficas

- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos, vol. 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, p. 27 – 60.
- FOLLIS, Massimo. Verbete “autogestão”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2007, p. 74 – 80.
- LIMA, Carlos Jacob. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 19, nº 56, outubro de 2004. P. 45 – 62.
- LUKÁCS, Györy. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. Esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: contexto, 2000. p. 11 – 30.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. Versão on-line. Disponível em: <<http://afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Tragtemberg,%20Mauricio/Tragtemberg,%20Mauricio%20-%20Reflexoes%20sobre%20o%20socialismo.pdf>>, Acesso em: 03/05/20012.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2006.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.